

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES

CARTA CONVITE Nº NLP-003/2016

PREÂMBULO

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC**, por meio de sua Comissão de Aquisição, designada pela Diretoria da entidade, na forma do Regulamento de Compras e Contratações da CBC (“RCC da CBC”), disponível em seu sítio eletrônico na internet (<http://cbc-clubes.com.br/site/>), convida os interessados em participar do **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de **empreitada por preço global** (execução de serviços por preço certo e total), apresentando proposta para fornecimento e prestação de serviços especificados no **ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, mediante as condições a seguir estabelecidas.

Os avisos contendo o resumo do presente instrumento convocatório foram devidamente publicados no sítio eletrônico da CBC: <<http://www.cbc-clubes.com.br/site/>>

RECEBIMENTO E ABERTURA DO ENVELOPE COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

LOCAL: Rua Açai, nº 492, Bairro das Palmeiras, Campinas/SP

DIA: 06 de Junho de 2016

HORÁRIO: 10:30h

1 – DO OBJETO

A contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da CBC, referentes ao exercício social, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo e no Termo de Referência/ Memorial Descritivo:

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC, referente ao ano em exercício; em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação ao evento denominado “Congresso Brasileiro de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC quanto aos recursos públicos despendidos nessa atividade e observando as especificações que constam do Projeto Básico aprovado pelo Ministério do Esporte, os quais fazem parte do Termo de Referência e Memorial Descritivo anexo a este Edital.
- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

2 – DO PROCESSAMENTO

- 2.1 O representante legal da empresa participante deverá entregar, impreterivelmente, o envelope "Documentação e Proposta" até o dia, hora e no local fixado no preâmbulo deste Convite.
- 2.1.1 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de empresa retardatária, a não ser do seu representante legal como ouvinte.
- 2.2 Recebido o envelope "Documentação e Proposta" e uma vez iniciada a abertura do mesmo, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Convite.
- 2.3 A abertura do envelope "Documentação e Proposta" será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos representantes legais das empresas presentes e pelos membros da Comissão de Aquisição.
- 2.4 Todos os documentos e propostas apresentados serão rubricados pelos membros da Comissão de Aquisição e pelos representantes legais das empresas participantes presentes à sessão pública.
- 2.5 Após a fase de habilitação não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Aquisição.
- 2.6 Ultrapassada a fase de habilitação das empresas participantes e aberto os envelopes de "Documentação e Proposta", não caberá desclassificá-las por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 2.7 É facultada à Comissão de Aquisição ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Convite, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta.
- 2.8 A representação deverá ser feita por meio de instrumento público de procuração ou por instrumento particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome da empresa participante.
- 2.8.1 No caso de instrumento particular, o representante deverá apresentar o contrato social da empresa, ou alteração que comprove os poderes do outorgante.
- 2.8.2 Caso o representante seja sócio proprietário, dirigente ou assemelhados da empresa participante, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3 – DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

- 3.1 Poderão participar deste Convite pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto descrito no item 1 e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante deste Edital.
- 3.2 É vedada a participação de empresas em regime de recuperação extrajudicial, recuperação judicial ou com pedido de falência requerido, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação.
- 3.3 Não poderão participar deste Convite indivíduos ou empresas declaradas inidôneas por qualquer órgão público ou suspensos do direito de participar dos processos seletivos da CBC_r e de suas entidades filiadas (nos termos dos arts. 48, III e 50, III, do RCC da CBC_r).

- 3.4 A participação neste certame é manifestação tácita da empresa de que não se encontra punida com qualquer das sanções previstas neste item.

4 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 4.1 Até o dia e hora fixados no preâmbulo deste Convite, o representante legal da empresa participante deverá apresentar à Comissão de Aquisição, simultaneamente, sua documentação e proposta, em envelope único e não transparente, fechado, contendo em sua parte externa e frontal, em caracteres destacados, além da razão social da empresa participante, os seguintes dizeres:

[NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE]

CONVITE – NLP N° 003/2016

CBCr – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA – ENVELOPE ÚNICO

5 – DA DOCUMENTAÇÃO

A Habilitação da empresa participante será aferida por meio dos documentos abaixo indicados, devidamente rubricados e numerados com os seus números de páginas seguidos do número total de folhas que compõem o envelope (por exemplo: 03/46, onde 03 é o número da página atual e 46 hipoteticamente seria o número total de páginas deste Edital).

5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Inscrição no simples nacional, quando for o caso;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
 - b.1) Em caso de inexistência de inscrição, deverá ser apresentado o documento emitido pela Secretaria de Fazenda (ou órgão público equivalente) atestando tal situação.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (certidão emitida pela Receita Federal/PGFN), Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede da empresa participante, na forma da lei;

- c.1) Caso a empresa já possua a nova Certidão Federal que contempla, além dos tributos federais, também as contribuições da Seguridade Social (INSS), não será necessário apresentar a certidão do INSS de que trata a alínea “d”;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei;
- f) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

5.3 DECLARAÇÕES

- a) Comprovação de situação regular perante o Ministério do Trabalho a que se refere o artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, consistindo em Declaração escrita firmada por representante legal da empresa participante do certame, formalizada nos termos do Anexo IV deste Convite;
- b) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação da empresa participante, assinada pelo representante legal, conforme Anexo V.

5.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto do Convite, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de, no mínimo, um atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da efetiva experiência da Proponente em projetos similares ao objeto do Convite, demonstrando sua atuação anterior na execução de serviços semelhantes. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitidos em papel timbrado da empresa/entidade e deverão conter:
 - a.1) nome empresarial e dados de identificação da emitente (CNPJ, endereço, telefone);
 - a.2) local e data de emissão;
 - a.3) nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
- b) Certidão de regularidade profissional da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- c) Certidão de regularidade profissional dos responsáveis técnicos (pessoa física) perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
- d) Alvará de Organização Contábil, com comprovante emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

5.5 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa participante, com nº do CNPJ e endereço respectivos, observando o quanto segue:

- a) se a empresa participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

- b) se a empresa participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
 - c) se a empresa participante for a matriz e a prestadora dos serviços a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente; e
- 5.6 Os documentos exigidos neste Convite poderão ser apresentados:
- a) em original;
 - b) por qualquer processo de cópia autenticada com a autenticação em Cartório competente;
 - c) por publicação em órgão da imprensa oficial;
 - d) em cópia simples, desde que apresentados os documentos originais, que deverão ser confrontados pela Comissão de Aquisição com os documentos originais e declarados que “confere com o original”.
- 5.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, se desejarem fazer uso dos benefícios contidos no RCC da CBCr, deverão apresentar a declaração conforme o modelo constante do Anexo VII – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, juntamente com os demais documentos especificados neste Edital.
- 5.7.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro do prazo de validade, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa participante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CBCr, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.7.3 A não regularização da documentação no prazo acima especificado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no RCC da CBCr, sendo facultado à CBCr convocar as participantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma do RCC da CBCr.
- 5.8 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não procedam da forma estabelecida no subitem 5.7, interpretar-se-á tal fato como renúncia tácita aos benefícios a ela conferidos pelo RCC da CBCr.
- 5.8.1 As empresas que apresentarem a declaração de que trata o item 5.7 serão responsáveis pela veracidade das informações, sujeitas a diligências passíveis de serem realizadas pela CBCr e pela Comissão de Aquisição.

6 – DA PROPOSTA

- 6.1 Todos os documentos representativos da proposta comercial deverão ser numerados e rubricados, devendo ser entregues em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa, legível, datada, assinada e isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo a especificação do Objeto a que se refere este Convite;
- 6.2 O Envelope deverá conter o Anexo II – Proposta Comercial, com todos os campos devidamente preenchidos;
- 6.3 As empresas participantes deverão apresentar somente uma proposta para o objeto deste processo de aquisição, não sendo admitida a apresentação de propostas alternativas;
- 6.4 No envelope proposta deverá ser incluída, também, a “Declaração de Elaboração Independente de proposta”, conforme modelo do Anexo VIII.

- 6.5 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação da Proposta Comercial, como justificativa de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza;
- 6.6 Serão corrigidos, automaticamente, pela Comissão de Aquisição, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação e o preço global da proposta, se faltar;
- 6.7 A falta da data e /ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa participante presente à reunião de abertura dos envelopes, com poderes para representar a empresa.

7 – DOS PREÇOS

- 7.1 A empresa participante deverá indicar o valor individual para cada tipo de serviço e o valor total da proposta, englobando todos os serviços, sendo este valor fixo e irrevogável, e na cotação deverão já estar inclusos todos os tributos, impostos e todos e qualquer encargos decorrentes da execução dos serviços, como também as despesas operacionais de viagens, estadias e refeições para prestar os serviços.
- 7.2 O preço apresentado e levado em consideração para efeito de julgamento será exclusiva e total responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos;
- 7.3 Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, desprezando qualquer valor além dos centavos.

8 – DOS PRAZOS

- 8.1 A proposta deverá ter validade mínima de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no preâmbulo para o recebimento do envelope “Documentação e Proposta”;
- 8.2 A empresa participante vencedora deste convite ficará obrigada ao prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura do contrato, para início da prestação dos serviços.

9 – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1 A execução do objeto dar-se-á via de regra nas dependências próprias da empresa participante.
- 9.2 Excepcionalmente, a critério da CBC, e desde que comprovada a necessidade, poderá ser utilizada as dependências da contratante e seus equipamentos para a prestação dos serviços.

10 – ABERTURA E JULGAMENTO

- 10.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL observado as especificações e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade exigidos no Convite.
- 10.2 Após o credenciamento das empresa participantes e entrega do Envelope, este será aberto pelos membros da Comissão de Aquisição;

- 10.3 O Envelope deve conter a documentação necessária à habilitação, bem como a Proposta Comercial, para efeitos deste CONVITE;
- 10.4 Aberto o Envelope, os documentos e propostas serão examinados pela Comissão de Aquisição e, em seguida, rubricados pelos seus membros e por todos os representantes credenciados das empresas participantes presentes:
- 10.4.1 Se, no exame preliminar dos documentos, a Comissão de Aquisição constatar que não se encontram rubricados e numerados, determinará preliminarmente que sejam rubricados e numerados pelo representante legal da empresa participante na presença de seus membros e demais participantes;
- 10.4.1.1 Diante da ausência de representante legal da empresa participante, os documentos serão rubricados e numerados pelo Presidente da Comissão de Aquisição, na presença de todos.
- 10.5 A Comissão de Aquisição poderá louvar-se da assistência de técnicos no exame do conteúdo da documentação e proposta.
- 10.5.1 As normas que disciplinam este Convite serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da CBC, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.6 Serão consideradas inabilitadas/desclassificadas as empresa participantes que:
- 10.6.1 Deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios e irregularidades que comprometam sua validade;
- 10.6.2 Não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação definidos neste Convite;
- 10.6.3 Não atendam as exigências contidas neste Edital ou impunham condições ou ofereçam cotações que não abranjam a totalidade, em especificações e quantidades, ao contido no Anexo I deste Edital;
- 10.6.4 Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar ou confundir o julgamento;
- 10.6.5 Utilizem qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio de igualdade entre as empresa participantes;
- 10.6.6 Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os correntes no mercado;
- 10.7 Em caso de discordância entre os valores numéricos e nos valores por extenso prevalecerão estes últimos;
- 10.8 Atendidas às exigências do Edital e de seus anexos, a Comissão de Aquisição classificará as propostas por ordem crescente de valores e adjudicará o objeto deste Convite à empresa participante que ofertar o menor preço;
- 10.9 Será assegurada, como critério de desempate no presente processo de aquisição, a preferência de contratação às microempresas e às empresas de pequeno porte.
- 10.9.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as Propostas Comerciais apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 10.9.2 Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.8.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 10.9.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.9.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, e, em caso de empate, por meio de sorteio em ato público.
- 10.9.4 O item 10.9.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.10 Havendo renúncia expressa à interposição de recursos mediante assinatura na ata da reunião por todas as empresas participantes, poderá ser dado prosseguimento aos trabalhos com a homologação e adjudicação.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 11.1 Após publicado o resultado final deste Convite, a Comissão de Aquisição encaminhará a Autoridade Competente o processo devidamente instruído, com vistas à homologação do resultado do julgamento do procedimento de aquisição e adjudicação do objeto ao vencedor.

12 – CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

- 12.1. Após homologado o resultado do Convite, a empresa participante vencedora será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação da adjudicação, celebrar o contrato.
- 12.2 Os serviços deverão ter início em até 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato.
- 12.3. A vigência do contrato que vier a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite regulamentar, estabelecido no artigo 43, § único do Regulamento de Compras e Contratações da CBCr.
- 12.4. O contrato poderá ser prorrogado, mediante elaboração de Termo Aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:
- 12.4.1. os serviços foram prestados regularmente;
 - 12.4.2. a CBCr ainda tenha interesse no fornecimento dos materiais;
 - 12.4.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBCr; e
 - 12.4.4. a CONTRATADA concorde com a prorrogação.

- 12.5. Em caso de renovação da vigência do contrato, nos termos facultados no item acima, os valores dos materiais serão reajustado pela variação do IGP-M (FGV) apurado no período
- 12.6. A recusa injustificada da empresa participante vencedora em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, considerando-se decaído se direito de vencedora e sujeitando-se as penalidades previstas no RCC da CBC.

13 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 13.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a, além das penalidades previstas no art. 50 e seguintes do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC, às seguintes penalidades:
- 13.2 O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta comercial e contrato caracterizarão o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I - Advertência que será aplicada sempre por escrito;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

- a) multa no importe de 0,1% (um décimo por cento) do valor devido sobre a prestação dos serviços, por dia de atraso na entrega;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da parcela, no caso de atraso superior a trinta dias, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III - suspensão temporária para participar dos processos seletivos da **CONTRATANTE** e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral da **CONTRATANTE** e demais disposições dos artigos 48 e seguintes do RCC da CBC.

§ 2º - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

§ 3º - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

13.2 - Das Multas

13.2.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

13.2.2 - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

13.2.3 - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

13.2.4 - O atraso superior a 10 (dez) dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

13.2.5 - Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

13.2.6 - Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

13.2.7 - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

13.2.8 - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

13.2.9 - No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no sítio eletrônico da CBC e notificado ao interessado.

13.2.10 - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à **CONTRATADA** decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à **CONTRATANTE**, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no sítio eletrônico da **CONTRATANTE** e notificado ao interessado ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

13.3 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.4 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

14 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14.1 É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto licitado.

15 – DAS DESPESAS

15.1 As despesas decorrentes da execução deste processo de aquisição correrão à conta de recursos oriundos da Lei Federal nº 9.615/1998 – Nova Lei Pelé.

16 – DO PAGAMENTO

16.1 Constatado o cumprimento da obrigação, o pagamento será realizado de forma parcelada conforme estabelecido abaixo, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da empresa participante vencedora, até o 5º (quinto) dia contado da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do Contrato:

- 16.1.1 **Item 1.1 do objeto** - Prestação de Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício, sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12 (encerramento do exercício).
- 16.1.1.1 Valor total do item, a ser pago em duas parcelas semestrais, após a entrega dos pareceres e relatórios de auditoria de cada período.
- 16.1.2 **Item 1.2 do objeto** - Auditoria e emissão de Parecer para o processo de prestação de contas do evento denominado "Congresso Brasileiro de Clubes".
- 16.1.2.1 Valor total do item, sendo que os valores serão pagos após a entrega do relatório de auditoria financeira do evento;
- 16.1.3 **Item 1.3 do objeto** – Auditoria e emissão de Relatório sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, no exercício, sendo um relatório considerando a data base de 30/06 (fechamento semestral) e outro em relação à data base de 31/12 (encerramento do exercício).
- 16.1.3.1 Valor total do item, a ser pago em duas parcelas semestrais, após a entrega dos pareceres e relatórios de auditoria de cada período.
- 16.2 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida.

17 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- 17.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a empresa participante vencedora, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – (IGP-M), publicado pela Fundação Getúlio Vargas– FGV.

18 – ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E RECURSOS.

- 18.1 Quaisquer esclarecimentos acerca do presente Convite, feitos mediante petição escrita e apresentada até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data de entrega do envelope proposta, serão prestados pela Comissão de Aquisição, das 09h00 às 17h00 horas, na CBCr ou pelo telefone (19) 3381-3002 – Departamento de Compras, ou, ainda, pelo endereço eletrônico compras@cbc-clubes.com.br.
- 18.2 As respostas às solicitações de esclarecimentos (ambas por escrito) serão remetidas a todas as empresas participantes;
- 18.3 Qualquer impugnação aos termos do presente Convite deverá ser protocolada na CBCr até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data da entrega do envelope de documentos;
- 18.4 Das decisões da Comissão de Aquisição, quanto ao julgamento dos documentos ou da proposta, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, desde que a empresa participante manifeste o interesse em recorrer no final da sessão de julgamento.

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Este Convite e os atos dele resultantes serão regidos pela disposições legais e regulamentares vigentes, especialmente pelo RCC da CBCr, bem como pelas condições do presente ato convocatório;

- 19.2 Das reuniões públicas realizadas pela Comissão de Aquisição serão lavradas atas circunstanciadas, que registrarão os fatos mais importantes ocorridos, como convocações, eventuais reclamações, recurso, renúncias de interposição dos mesmos e impugnações;
- 19.3 A contagem dos prazos obedecerá ao disposto no artigo 59 da RCC da CBCr;
- 19.4 O presente processo de aquisição poderá ser cancelado a critério da CBCr, sem direito a indenizações às participantes.;
- 19.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Aquisição, dentro dos seus limites legais.

20 – DOS ANEXOS

20.1 São partes integrantes deste Convite, os seguintes anexos:

- ANEXO I -** Memorial descritivo – Especificações Técnicas;
- ANEXO I-A -** Projeto Básico – Congresso Brasileiro de Clubes;
- ANEXO II -** Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO III -** Minuta de Contrato;
- ANEXO IV -** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;
- ANEXO V -** Declaração de inexistência de fato impeditivo.
- ANEXO VI -** Modelo de Procuração
- ANEXO VII -** Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- ANEXO VIII -** Declaração de Elaboração Independente da proposta

21 – DO FORO

21.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Campinas.

Campinas, 30 de Maio de 2016



Jair Alfredo Pereira
PRESIDENTE

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1 – OBJETO E ESPECIFICAÇÕES

A contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da CBC_f, referentes ao ano em exercício social, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo:

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC_f, referente ao ano em exercício; em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação ao evento denominado “Congresso Brasileiro de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC_f quanto aos recursos públicos despendidos nessa atividade, observando as seguintes especificações, conforme projeto básico aprovado pelo Ministério do Esporte e que faz parte deste Memorial Descritivo/Especificações Técnicas como ANEXO I-A, compreendendo:
 - 1.2.1 Acompanhamento da execução e exame mensal de auditoria conduzido em todas as documentações das prestações de contas do evento, observando as legislações vigentes sobre a prestação de contas de verbas públicas e as orientações do Ministério do Esporte, de acordo com a Lei nº 11.345 de 14/09/2006 e Decreto nº 6.187 de 14/08/2007, para o Projeto Básico aprovado com repasse das verbas da loteria Timemania conforme Anexo I-A, além das disposições referentes a compras e contratações constantes do Regulamento de Compras e Contratações da CBC_f;
 - 1.2.2 Identificar a ocorrência de atos voluntários de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos e registros, e atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos;
 - 1.2.3 Emissão de relatório mensal preliminar do evento contendo comentários sobre o processo, que serão discutidos previamente com os responsáveis da CBC_f;
 - 1.2.4 Apresentação do “Parecer da Auditoria”, sobre a prestação de contas do evento;
 - 1.2.5 Apresentar o “Demonstrativo da Movimentação da Verba – Loteria Timemania” durante o ano, para publicação no Diário Oficial da União.
- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

2 – UNIDADE DE COMPRA

Prestação de Serviços.

3 – PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A vigência do contrato que vier a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite regulamentar, estabelecido no artigo 43, § único do Regulamento de Compras e Contratações da CBCr.

3.2. O contrato poderá ser prorrogado, mediante elaboração de Termo Aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. os serviços foram prestados regularmente;

3.2.2. a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

3.2.3. a CBCr ainda tenha interesse no fornecimento dos materiais;

3.2.4. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBCr; e

3.2.5. a CONTRATADA concorde com a prorrogação.

3.3. Em caso de renovação da vigência do contrato, nos termos facultados no item acima, os valores dos materiais serão reajustado pela variação do IGP-M (FGV) apurado no período

4 – PREÇO ESTIMADO

O valor total estimado para a contratação global dos itens descritos no objeto da presente especificação é de R\$ 92.242,33 (noventa e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos), a ser pago parceladamente após a execução dos serviços, conforme Cláusula 15ª. do Edital, e nos termos da Cláusula 6ª. da minuta do Contrato.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Os serviços que serão objeto da contratação deverão ser realizados por profissionais selecionados em procedimento adequado às atividades que serão desempenhadas, compondo quadro de pessoal habilitado e treinado para a prestação dos serviços.

5.2 A empresa contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar o objeto do presente Edital.

5.3 A empresa contratada obriga-se a reparar, corrigir ou substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.4 A empresa contratada obriga-se a fornecer todos e quaisquer materiais, equipamentos e mão-de-obra necessárias e tudo mais que se fizer necessário para a perfeita e completa execução dos serviços, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes destas ações.

5.5 A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

5.6 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**ANEXO I – A - PROJETO BÁSICO – TRANSCRIÇÃO FIEL DO PROJETO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO
BRASILEIRO DE CLUBES DE 2016**

PROJETO BÁSICO

CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES 2016

1 – APRESENTAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO

A Confederação Brasileira de Clubes – CBC_f, entidade integrante do Sistema Nacional do Desporto ampara os legítimos interesses dos clubes esportivos e sociais do Brasil, principais responsáveis pela formação de atletas olímpicos e paraolímpicos.

O presente projeto refere-se ao Congresso Brasileiro de Clubes que será realizado em etapa única no Estado de São Paulo em parceria com o Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo – Sindiclube/SP no primeiro semestre de 2016, tendo como objetivo primordial, capacitar os dirigentes e profissionais do segmento clubístico principalmente quanto aos procedimentos para a utilização dos recursos oriundos da Lei nº. 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União para que possam utilizar estes recursos, possibilitando que os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes passem a ter uma gestão de excelência, obtendo melhores condições para continuarem a fazer o que já fazem, ou seja, formar cada vez mais atletas, para que nosso país se torne uma potência olímpica e paraolímpica.

O objetivo primordial deste projeto terá a participação e apoio da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, detentora do código de entidade sindical nº. 000.843.00000-7 e processo de Registro Sindical nº 46000.012940/2002-12, sendo a FENACLUBES representante da categoria econômica dos clubes esportivos sociais de prática formal e não formal, no âmbito sindical, como entidade de grau superior. Destacamos que a FENACLUBES foi idealizada e fundada em 2002 por meio da Confederação Brasileira de Clubes – CBC_f e após 10 anos de muita luta e trabalho obteve o seu registro Sindical em 06 de março de 2012.

Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais o esporte nos clubes esportivos sociais, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes filiados à CBC_f e associados à FENACLUBES aos programas do Governo Federal.

Os assuntos abordados neste congresso vão desde a gestão de projetos para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos com os recursos da Nova Lei Pelé, bem como a gestão na área do esporte até o que diz respeito à responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais quanto a utilização destes recursos, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União, possibilitando a busca de qualificação para o desenvolvimento do esporte e para a formação de atletas, neste momento com foco no próximo período olímpico/paraolímpico, tendo como tema central a capacitação e o aprimoramento desses dirigentes e profissionais quanto a utilização dos recursos da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) regulamentada pelo Decreto nº. 7.984/2013.

A atualização constante e a prática das informações recebidas durante os eventos criam condições favoráveis de gerir os clubes através de uma visão empresarial. Com estes objetivos, realizaremos este evento utilizando os recursos financeiros da Timemania, geridos diretamente pela CBC_f, para ações dos clubes.

A realização do congresso culminará com a participação maior dos principais clubes esportivos sociais de todo o território nacional, alavancando ações em prol do esporte de base nacional, obtendo assim um excelente resultado, nas próximas olimpíadas e paraolimpíadas de 2020 que serão realizados em Tóquio/Japão.

2 – ETAPA DE REALIZAÇÃO

O Congresso Brasileiro de Clubes será realizado em etapa única, no estado de São Paulo em parceria com o Sindiclube/SP no primeiro semestre de 2016, sendo o local e data determinado após um amplo estudo de mercado e contratação por intermédio de

processos de aquisição.

3 – HISTÓRICO

A Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico, sendo que no item b, inciso IV do art. 2º, destina 1% (um por cento) do total dos recursos arrecadados com a realização dos concursos para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela CBCr.

No Decreto n. 6.187, de 14 de agosto de 2007, regulamenta a Lei n. 11.345, que institui o concurso de prognóstico denominado Timemania, são estabelecidos os critérios de participação e no § 5º, inciso VIII, do art. 3º, destina a aplicação dos recursos, geridos diretamente pela CBCr ou de forma descentralizada por meio de convênio com entidades que lhe são filiadas, se sujeitando aos princípios gerais da administração pública e aos planos de trabalho previamente aprovados e submetidos à prestação de contas e fiscalização do Ministério do Esporte.

Com a Lei n. 11.752, de 21 de julho de 2008, foi aberto no Orçamento Fiscal da União, o crédito especial para este fim específico.

Desde agosto de 2008, os repasses destes recursos começaram a ser depositados em uma conta bancária específica da CBCr na Caixa Econômica Federal. Com Ofício n. 15.111, de 29 de setembro de 2008, a CBCr solicitou o parecer ao Ministério do Esporte da forma e periodicidade da aplicação destes recursos, que gerou o Processo n. 58000.003923/2008-69.

Em 15 de novembro de 2008, a CBCr realizou a Assembleia Geral Extraordinária, definindo que, em razão do valor arrecadado pela Timemania ser muito inferior às estimativas feitas pela Caixa Econômica Federal no início da loteria, foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros fossem geridos diretamente pela CBCr na formação de recursos humanos.

Esta formação aconteceria através de evento e efetivada por todas as despesas necessárias à capacitação, instrução, educação, treinamento e habilitação na área do desporto, inclusive por meio de cursos, palestras, oficinas, congressos, seminários, fóruns, exposições e outras formas de difusão de conhecimento, bem assim o custeio de pesquisas e desenvolvimento de técnicas e práticas técnico-científicas ligadas ao esporte de base e formação de atletas dos clubes esportivos sociais.

Por consulta da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, que recebeu a NOTA CONJUR/ME N.º134/2008 de 18 de novembro de 2008 (Anexo 1), quanto a utilização dos recursos e da anualidade da prestação de contas, à saber:

- “1- Está de acordo com as normas de regência à pretensão da Confederação Brasileira de Clubes de gestão direta dos recursos a ela destinados por força da Lei da Timemania.
2. Também não há óbice legal à pretensão de prestação de contas anual. Contudo, há que haver concordância da Administração. No caso, a Secretaria Nacional de Alto Rendimento deve manifestar-se.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu o PARECER/CONJUR/ME/N.º 118/2009 de 03 de abril de 2009 (Anexo 2), quanto a aspectos referentes à forma de apresentação do Plano de Trabalho, à saber:

- “1- A apresentação do Plano de Trabalho deve ser anterior “a aplicação dos recursos;
2- O Plano de Trabalho, que, além da especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido, deverá previamente explicitar o valor a ser despendido na sua obtenção e conter cronograma de desembolso, este último condizente com as fases ou etapas de execução do objeto; e
3- O Plano de Trabalho deve ser específico e guardar consonância com cada um dos projetos a serem apresentados pela CBC.”*

Por solicitação proposta da Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que recebeu a NOTA/CONJUR/ME/N.º 42/2009 de 15 de abril de 2009 (Anexo 3), em referência ao Processo n.º 58701.00798/2009-19, quanto ao Projeto Básico e Plano de

Trabalho apresentados pela Confederação Brasileira de Clubes – CBC_f, para aplicação de recursos recebidos da Lei nº. 11.345/06, à saber:

“...pode-se contar que o Plano de Trabalho encaminhado, encontra-se corretamente preenchido com dados e informações claras quanto aos serviços a serem contratados e bens a serem adquiridos com seus respectivos valores. O cronograma de desembolso é compatível com o cronograma de atividades a serem realizadas, considerando que será um evento de capacitação que ocorrerá em uma única etapa e considerando, principalmente, a consonância com o cumprimento do objeto proposto. Destaque-se que os valores acostados no projeto por meio de consultas realizadas às empresas prestadoras de serviços e dos materiais solicitados para a realização do Fórum são meramente para efeito de pesquisa de preços, tendo o PROPONENTE a obrigação de adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução desta ação, os procedimentos gerais de administração pública” (sic).

Em 27 de maio de 2012, a CBC_f realizou uma Assembleia Geral Extraordinária, onde foi proposto e aprovado por unanimidade que a aplicação dos recursos financeiros geridos diretamente pela CBC_f, seriam realizados com apoio da FENACLUBES, na formação de recursos humanos para os clubes sociais e esportivos filiados e associados as (02) duas entidades.

DESTA FORMA, A CRONOLOGIA EXPLICADA EM TODO O HISTÓRICO ACIMA, DEFINIU OS PROCEDIMENTOS DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TIMEMANIA.

4 – JUSTIFICATIVAS DE UTILIZAÇÃO

Os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precipuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do desporto de rendimento, na forma definida pelo art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1.998, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Dotados de infra-estrutura adequada às atividades desportivas e de lazer que desenvolvem aliado às atividades sociais, culturais e educacionais que invariavelmente promovem, os clubes esportivos sociais constituem-se fator dos mais importantes para a formação integral do homem, como cidadão e como atleta, tornando-se um parceiro valioso para o desenvolvimento de políticas públicas na área social e esportiva.

Historicamente, os clubes esportivos sociais vêm tendo ao longo dos anos uma maciça, senão exclusiva, participação nos eventos desportivos formais e não-formais, sendo por isso mesmo identificado como a “*celula mater*” do desporto brasileiro e um dos principais responsáveis pela iniciação e aperfeiçoamento dos atletas de ponta.

Além disso, desde há muito, os clubes esportivos sociais exercitam, mesmo que informalmente, uma “política comunitária” mediante a disponibilização de seus espaços e, às vezes, de recursos humanos para as atividades próprias da comunidade, sejam sociais, desportivas, educacionais ou de lazer.

Diversas administrações de governo municipal, estadual e federal já reconheceram a importância deste segmento na economia, na geração de empregos, no oferecimento de oportunidades de lazer, entretenimento, educação, esporte, na formação de atletas e inúmeros outros benefícios para a população brasileira.

Esse cenário, todavia, estava sendo desfigurado em razão das dificuldades sobrepostas quanto, principalmente, à formação e ao desenvolvimento do atleta de rendimento, quase sempre em função dos altos custos despendidos e da alta carga tributária imposta a esse segmento.

Nesse périplo temporal, uma boa parte desses clubes tem conseguido se manter como entidades sem fins lucrativos, com características tanto sociais quanto desportivas, e conviver com tendências díspares: de um lado, o corpo associativo demandando melhorias e ampliações estruturais e incremento de atividades sociais, culturais, recreativas e de lazer, em detrimento ou até mesmo em substituição ao esporte federativo, e, de outro, a crescente profissionalização dos chamados

esportes especializados, que, para manter a competitividade, exigem maior dispêndio por parte dos clubes, seja de recursos internos, oriundo dos próprios associados, seja na obtenção de recursos externos, por intermédio de patrocinadores.

São os clubes esportivos sociais, ainda, os grandes responsáveis pela detecção e desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros, sem que existisse, até o início de 2011, incentivo ou ajuda direta do Governo Federal ao segmento, ou mesmo de alguns governos estaduais ou municipais que, quando existente, fica restrito a determinadas atividades ou sofre da indisponibilidade de recursos financeiros.

Com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98), que recebeu nova redação após o sancionamento da Lei 12.395/11, ocorreu a maior conquista da história do segmento clubístico, que repassa à CBCr o correspondente a 0,5% de toda verba arrecadada nos concursos de Prognósticos, Loterias Federais e similares, sendo seu destino único e exclusivo para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, além de inserir e reconhecer os clubes esportivos sociais em um subsistema específico e a Confederação Brasileira de Clubes - CBCr no Sistema Nacional do Desporto.

Agora com a regulamentação da Nova Lei Pelé, por meio do Decreto 7.984, assinado em 08 de abril de 2013 e a Portaria nº 001/2014 do Ministério do Esporte, tornou-se necessário o planejamento de ações para atender esta nova legislação e que consolidem uma política de parceria entre o Governo Federal e os clubes esportivos sociais, visando, de um lado, o fortalecimento de ações voltadas para a formação e o desenvolvimento do atleta de rendimento principalmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, e, do outro lado, dando vistas ao recrudescimento do esporte brasileiro no panorama internacional, adequando-se aos programas e projetos do Ministério do Esporte, consolidados no planejamento estratégico do esporte de alto rendimento.

O Plano Decenal de Esporte e Lazer, aprovado em 2010 durante a III Conferência Nacional do Esporte, prevê a implantação da Rede Nacional de Treinamento, estimulando o aproveitamento da capilaridade de instalações, especialmente dos clubes, propiciando o desenvolvimento de uma cultura olímpica, a partir da profissionalização técnica e governança esportiva, na formação de atletas de base ao alto rendimento, tornando-se com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) uma meta significativamente mais tangível.

Portanto, a utilização dos recursos da Timemania permitirá a realização do congresso, destacadamente orientando os dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais brasileiros, capacitando-os quanto a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, bem como com a participação da FENACLUBES, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União, destacadamente orientando quanto a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais na utilização destes recursos.

Objetivos - A confirmação da realização do congresso estimulará fatalmente a massificação da participação dos clubes (entidades de prática do esporte) no desenvolvimento do esporte de base e na formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, com foco no próximo período olímpico/paraolímpico, bem como com a participação da FENACLUBES, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União.

Área Geográfica e Características - Temos hoje 13.826 clubes esportivos sociais distribuídos em todo o território nacional, que são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento dos talentos esportivos brasileiros. A importância dos profissionais do esporte de clubes, diretamente ligados aos gerentes e gestores de clubes, que por sua vez se fundem aos ideais dos dirigentes dos clubes esportivos e sociais, aliado a significativa mudança no cenário dos clubes esportivos sociais, com o advento da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98), agora reconhecidos em um subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, o Decreto 7.984/2013 e a Portaria nº 001/2014 do Ministério do Esporte, possibilitando que possamos iniciar a utilização dos recursos para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, levou-nos a optar pela execução do Congresso Brasileiro de Clubes no estado de São Paulo onde o segmento clubístico tem o maior número de clubes, possibilitando desta forma atingir uma maior quantidade de profissionais do esporte, gerentes, gestores e dirigentes, capacitando-os

quanto a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a Política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como com o apoio da FENACLUBES incentivando um maior número de clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União

A realização do Congresso Brasileiro de Clubes possibilitará a avaliação das estruturas profissionais esportivas e paradespotivas em cada um das regiões brasileiras, sintetizando estas avaliações com o objetivo geral do projeto, o que facilitará o planejamento estratégico na formação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio/Japão em 2020.

Destacamos que para definição do local exato do congresso, teremos como base hotéis localizados no estado de São Paulo, realizaremos contato direto com estes hotéis, confirmando a estrutura e o preço total para o centro de convenções, hospedagem e alimentação, definindo assim os procedimentos de aquisição culminando com o conhecimento de qual será a sede para este evento.

5 – OBJETIVO GERAL

O presente projeto refere-se à realização do Congresso Brasileiro de Clubes que será realizado em etapa única no Estado de São Paulo em parceria com o Sindiclube/SP no primeiro semestre de 2016, tendo como objetivo primordial, capacitar os dirigentes e profissionais do segmento, principalmente quanto aos procedimentos para a utilização dos recursos oriundos da Lei nº 9.615/98, com destino único e exclusivo para formação de atletas olímpicos e paraolímpicos disseminando assim a política de formação de atletas nos clubes esportivos sociais, bem como a responsabilidade dos dirigentes e profissionais dos clubes esportivos sociais, incentivando os clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União para que possam utilizar estes recursos, possibilitando que os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes passem a ter uma gestão de excelência, obtendo melhores condições para continuarem a fazer o que já fazem, ou seja, formar cada vez mais atletas, para que nosso país se torne uma potência olímpica e paraolímpica.

Consequentemente, o projeto visa incentivar ainda mais o esporte nos clubes, desde a base até o alto rendimento e, principalmente, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, unindo os clubes esportivos sociais aos programas do Governo Federal, com foco nas olimpíadas e paralimpíadas Tóquio/Japão 2020.

Vale ressaltar que os clubes esportivos sociais, constituídos sob a forma de associações civis sem fins lucrativos, se identificam como aqueles que promovem, precipuamente, além das relações sociais, o esporte, a recreação, a educação cidadã e o lazer para seus associados e, fundamentalmente, a prática do esporte de base, atuando de modo bastante significativo na formação e no desenvolvimento de atletas das mais diversas modalidades desportivas.

Assim, na expectativa de projetar ainda mais o nome do Brasil no cenário esportivo, é de vital importância à capacitação, visando à formação de atletas de alto rendimento e o desenvolvimento de modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas. Com o apoio do Ministério do Esporte, em um futuro próximo, poderemos aumentar significativamente a prática do esporte, afastando nossas crianças e jovens da ociosidade e dos delitos juvenis, além de fomentar o esporte de base e subsidiar o alto rendimento, fortalecendo desta forma o desenvolvimento de inúmeras modalidades esportivas.

6 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS / ATIVIDADES PREVISTAS E CRONOGRAMAS

Para realizarmos este evento, segue abaixo o detalhamento de cada uma das atividades estabelecidas no seguinte cronograma:

Etapas/ Fase	Atividades	Início / Término 2016
01	Estudo de mercado para definir o local	Jan/Fev
02	Definição do local para realização	Jan/Fev
03	Estruturação do evento, com estimativa dos recursos previstos	Jan/Mar
04	Aquisições de produtos e serviços	Jan /Abril
05	Envio de material gráfico de comunicação contendo as informações	Jan/Abril

06	Realização	1º semestre
----	------------	-------------

Face ao objetivo primordial deste plano, que será obter uma grande participação dos clubes esportivos sociais, objetivando o incentivo à formação esportiva, fazemos aqui uma avaliação conjunta das fases de atividades:

Estudo de mercado para definir o local do evento

A Comissão Organizadora de eventos da CBCr fará uma ampla pesquisa, objetivando minimizar os custos da realização do evento e definirá os hotéis que comportem a estrutura do evento no estado de São Paulo.

Definição do local para realização do evento

O congresso deverá ser realizado em hotel que tenha estrutura e que comporte o evento, que esteja localizado em uma das principais cidades do Brasil e próximo a aeroportos que atendam a participação de todos os dirigentes e profissionais dos clubes brasileiros. A contratação do hotel oficial do evento será feita por intermédio de processo aquisição: pregão, conforme detalhamos no processo de Aquisições de Produtos e Serviços a seguir.

Estruturação do evento

Definido o local, passaremos a elaborar e estruturar todas as atividades para a realização do congresso.

Aquisições de produtos e serviços para o evento

A CBCr depende da aprovação deste Projeto Básico pelo Ministério do Esporte para providenciar a aquisição dos produtos e serviços para a realização do evento, sendo que os mesmos deverão ser adquiridos pelos procedimentos estipulados para o processo de aquisição, conforme Regulamento de Compras e Contratações da CBCr, publicado no DOU no dia 06/08/2013 e disponibilizado no site eletrônico da CBCr observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, probidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, eficiência da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e outros que lhe sejam correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

Envio de material gráfico de comunicação contendo as informações do evento

Após deliberação das ações iniciais do referido evento, enviaremos os materiais de comunicação, convidando os dirigentes, gestores, gerentes e profissionais dos clubes esportivos sociais brasileiros para se inscreverem, bem como após a realização do evento comunicaremos o resultado do mesmo.

Realização do evento

As estimativas de público foram feitas de acordo com a participação dos dirigentes e profissionais dos clubes nos eventos realizados pela CBCr, sendo considerado ainda o grande interesse na participação, após a regulamentação da Nova Lei Pelé.

O Congresso Brasileiro de Clubes será realizado em etapa única no Estado de São Paulo em parceria com o Sindiclube/SP no primeiro semestre de 2016, sendo o local do evento determinado após um amplo estudo de mercado e contratação por intermédio de processos de aquisição.

7 – METODOLOGIA EMPREGADA

Todas as atividades serão coordenadas e implantadas pela Comissão Organizadora da CBC.

A Comissão Organizadora da CBC, durante as ações iniciais estabelecerá uma proposta de programação e preparação do Congresso.

O Congresso Brasileiro de Clubes será divulgado por meio de folders e materiais de comunicação, além do portal oficial no site eletrônico da CBC, estabelecendo um período de inscrição dos participantes, criando mecanismos de multiplicação e motivação para participação entre os clubes brasileiros, fazendo com que os objetivos definidos sejam alcançados.

8 – AVALIAÇÃO PROCESSUAL

Este plano foi elaborado a partir da constatação de que a atividade preponderante desenvolvida pelos clubes está relacionada diretamente ao esporte. Sabe-se que da mesma forma que nos Estados Unidos e em outros países, bem mais desenvolvidos no esporte, as escolas são o berço da maioria dos grandes campeões mundiais e olímpicos, em outros poucos países totalitários, o estado é que se responsabiliza por essa nata desportiva. **Já no Brasil os clubes esportivos sociais é que servem de nascedouro dos melhores atletas na grande maioria das modalidades, sendo a partir de 2011, reconhecidos pela Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) como integrantes no subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.**

Baseados nesta constatação, a CBC realiza este Projeto, para disponibilizar aos clubes esportivos sociais de todo o Brasil, evento para capacitação dos dirigentes e profissionais do esporte, para a formação dos atletas, obtendo assim um excelente resultado, destacadamente nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2020 na cidade de Tóquio, bem como, com o apoio da FENACLUBES, incentivar um maior número de clubes a regularizarem sua situação fiscal junto a União.

Dentro desta filosofia, elaboramos o referido evento, visando incentivar a formação esportiva, fazendo com que os clubes esportivos sociais retomem sua principal missão no esporte.

9 – RESULTADOS ESPERADOS

Sintetizamos aqui nossa avaliação dos resultados esperados e de impacto para realização do Congresso:

*A possibilidade da participação de aproximadamente 800 dirigentes e profissionais de clubes esportivos sociais, possibilitará a divulgação de ações da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/ME visando à capacitação dos participantes, democratizando o acesso à prática do esporte em suas diversas modalidades, buscando novas parcerias no Governo Federal e principalmente qualificando-os quanto ao atendimento dos quesitos da Nova Lei Pelé (Lei 9.615/98) e do Decreto 7.984/2013, como resultado irá agregar um grande número de clubes dispostos a implantar programas do Ministério do Esporte, na formação de atletas, destacadamente nas Olimpíadas e Paraolimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, no cumprimento do artigo 217 da Constituição Federal, que diz que **“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um (...)”***

10 – ORÇAMENTO DO PROJETO

As estimativas de valores do orçamento foram estabelecidas por intermédio do número de participantes e do preço unitário em cada item, conforme estudo de mercado realizado no período de novembro de 2015:

Fase / Meta	Especificação do evento	Solicitado Concedente	Total
01	Congresso Brasileiro de Clubes – 1º semestre	1.580.351,82	1.580.351,82

	TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO DO EVENTO	1.580.351,82
--	---	---------------------

Fase/Meta	CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES	1º SEMESTRE	TOTAL DO EVENTO
	Especificação das atividades	Solicitado Concedente	
1	HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO (*)		
	1.1 - Diárias com café da manhã	700.888,00	700.888,00
	1.2 - Refeições	418.080,00	418.080,00
	TOTAL ITEM 01	1.118.968,00	1.118.968,00
2	TRANSPORTE		
	2.1 - Translados para organização	880,26	880,26
	TOTAL ITEM 02	880,26	880,26
3	MATERIAL DE CONSUMO		
	3.1 - Bolsa de trabalho dos participantes	24.088,00	24.088,00
	3.2 - Canetas	848,00	848,00
	TOTAL ITEM 03	24.936,00	24.936,00
4	OUTRAS DESPESAS		
	4.1 - Serviços de Áudio Visuais e Outros:		
	✓ Equipamentos áudio visuais	122.284,50	122.284,50
	✓ Filmagem e iluminação	66.218,00	66.218,00
	✓ Equipamentos de informática	11.932,50	11.932,50
	✓ Banners e material de sinalização	11.270,00	11.270,00
	4.2 - Stands de exposição	16.986,66	16.986,66
	4.3 - Vídeo do evento	19.448,00	19.448,00
	4.4 - Portal do Evento	12.114,67	12.114,67
	4.5 - Criação de peças de comunicação do evento:		
	✓ Sinalização de programação	832,38	832,38
	✓ Sinalização de palco	433,11	433,11
	✓ Bloco de Rascunho	283,17	283,17
	✓ Informativo	2.023,33	2.023,33
	✓ Folder com envelope especial	2.056,67	2.056,67

Fase/Meta	CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES	1º semestre	TOTAL DOS EVENTOS
	Especificação das atividades	Solicitado Concedente	
	✓ Programação do Evento	966,44	966,44
	✓ Informações Importantes	899,77	899,77
	✓ Ficha de avaliação	533,11	533,11
	✓ Certificado de participação	549,77	549,77
	✓ Relatório final dos eventos e suas ações	4.362,23	4.362,23
	✓ Logomarca do evento	1.649,43	1.649,43
	4.6 - Confecção de peças gráficas p/ comunicação do evento:		
	✓ Bloco de Rascunho	1.592,00	1.592,00
	✓ Informativo	3.120,00	3.120,00
	✓ Folder com envelope especial	7.400,00	7.400,00
	✓ Programação do Evento	552,00	552,00
	✓ Informações Importantes	552,00	552,00
	✓ Ficha de avaliação	552,00	552,00
	✓ Certificado de participação	1.424,00	1.424,00
	✓ Relatório final dos eventos e suas ações	19.560,00	19.560,00

	✓ Papel timbrado	1.440,00	1.440,00
	✓ Envelope grande	2.475,00	2.475,00
	4.7 - Frete de materiais	1.442,53	1.442,53
	4.8 - Fotografia	8.066,67	8.066,67
	4.09 - Serviços de recepção	3.667,62	3.667,62
	4.10 - Serviços - Mestre de cerimônias	11.880,00	11.880,00
	4.11 - Publicação: Aviso de Edital, Resultado de Julgamento e Extrato de Contrato dos pregões	5.000,00	5.000,00
	TOTAL ITEM 04	343.567,56	343.567,56
5	SERVIÇOS PESSOAIS		
	5.1 - Palestrantes (*)	92.000,00	92.000,00
	TOTAL ITEM 05	92.000,00	92.000,00
	TOTAL GERAL DOS ITENS 01 A 05	1.580.351,82	1.580.351,82
	TOTAL GERAL DO EVENTO		1.580.351,82

(*) Na hospedagem e alimentação do Hotel está inclusa no valor a quantidade do Centro de Convenções, com toda a estrutura para realização das plenárias, painéis de debates e palestras.

11 – EQUIPE TÉCNICA

A Comissão Organizadora terá a coordenação do Sr. Edson Garcia, profissional de larga experiência no segmento clubístico, além dos dirigentes e funcionárias da CBC:

Nome	Função
Ângela Maria Cruz Reis da Silva	Assistente Administrativo II
Delvair Rodrigues Trindade	Gerente Administrativo Financeiro
Edson Garcia	Superintendente Executivo/Coordenador
Elisiário Pires Palermo Junior	Supervisor de Projetos
Fátima Ap. Silva da Costa Jacintho	Analista Financeiro I
Jair Alfredo Pereira	Presidente da Diretoria
Juçara dos Reis Marques	Analista Administrativo I
Tatiany de Mello Mocaldo	Coordenadora de Comunicação I
Priscila Pires da Silveira Moraes	Analista de Eventos II

12 – PROGRAMAÇÃO PREVISTA DOS CONGRESSOS

CONGRESSO BRASILEIRO DE CLUBES – 1º semestre

Sexta-feira

08h00	–	Início do credenciamento dos participantes
08h30	–	Abertura técnica do Congresso Brasileiro de Clubes
09h00	–	Início do recebimento dos “Casos de Sucesso”

11h00	-	Oficina: Capacitação para projetos de formação de atletas olímpicos e paraolímpicos
12h30	-	Almoço
14h00	-	Oficina: Capacitação para prestação de contas de projetos de formação de atletas
15h30	-	Painel de debates com os profissionais e gestores dos clubes
19h30	-	Abertura oficial do Congresso Brasileiro de Clubes
-	-	Homenagem aos Clubes Centenários
-	-	Jantar
Sábado		
09h30	-	Palestra: Gestão dos clubes e utilização de recursos públicos
11h00	-	Apresentação dos "Casos de Sucesso"
12h30	-	Almoço
14h00	-	Oficina: Cadastro Geral de entidade de pratica desportiva - EPDS filiada a CBCr
15h30	-	Mesa de Debates com as Presidências da CBCr e FENACLUBES
19h30	-	Premiação dos vencedores dos melhores "Casos de Sucesso"
-	-	Jantar
Domingo		
09h00	-	Palestra: Administração da área esportiva
10h30	-	Palestra: Experiência esportiva
12h00	-	Almoço
14h30	-	Encerramento das atividades do Congresso e entrega dos certificados

13 – PALESTRANTES E CONFERENCISTAS PREVISTOS PARA OS CONGRESSOS

A seleção dos palestrantes foi realizada procurando-se observar a experiência dos mesmos no segmento clubístico e no cenário esportivo nacional. Destacamos também que se trata de uma **Programação Prevista**, pois os temas poderão ser alterados e, por consequência, os respectivos palestrantes, em função do surgimento de assuntos de relevância para o segmento e para o desenvolvimento do esporte nacional:

Elzita Maria Lima

Graduada em direito e mestre pela Universidade Federal de Goiás. Atuou por mais de 15 anos no aconselhamento jurídico à Administração Pública e, por 6 anos, exerceu as funções de Coordenadora Geral de Convênios e Consultora Jurídica Adjunta no Ministério do Esporte.

Oficina

Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca:

Graduado em Educação Física pela UnB; Pós Graduado em Esporte Educacional pela UnB; Aluno especial de mestrado em Gestão Esportiva pela UnB (2010); Curso Avançado de Gestão Esportiva pelo COB/COI; Gerenciamento de Projetos FIA/USP; Orçamento Público Federal ENAP. Atuou por mais de 20 anos no Ministério do Esporte na Secretaria de Alto Rendimento.

Oficina

Gilberto Amaury Godoy Filho - GIBA

Fora das quadras desde que se aposentou do vôlei, [Giba](#) está seguindo a carreira voltada para a área social envolvendo o esporte. O ex-jogador da seleção brasileira, Voleibolista brasileiro, foi atuante na posição de atacante de ponta que conquistou os principais títulos pela Seleção Brasileira desde as categorias de base a principal, sendo oito vezes medalha de ouro a Liga Mundial, tricampeão mundial e ouro olímpico em 2004 e prata em 2008 e 2012.

Giba é considerado um dos maiores jogadores de vôlei de todos os tempos não só do Brasil mas também a nível mundial.

Palestra

Arnaldo Jabor:

Arnaldo Jabor é Jornalista e Cineasta. Como Jornalista, assina polêmicos artigos nos jornais, O Estado de São Paulo (SP), O Globo (RJ), Correio Popular (Campinas - SP), O Sul (Porto Alegre), A Gazeta (Vitória - ES), A Tribuna - (Santos - SP), Diário do Amazonas - (Manaus) - Bom Dia (São José do Rio Preto - SP) - Jornal do Comércio (PE) -Jornal Vale Paraibano (Vale do Paraíba - SP) - Jornal O Popular - (Goiânia), Jornal O Tempo (BH) Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP - Jornal A Gazeta de Cuiabá.

Participa também como comentarista político no “Jornal da Globo” - (TV Globo) e na Rádio CBN.

Palestra

Leandro Karnal:

Professor de História da América na Unicamp e coordenador da pós-graduação em História na mesma instituição. Doutor em História Social pela USP. Autor de diversos livros e artigos nas áreas de História e Ensino, entre eles Teatro da Fé. Co-autor de História da cidadania; História dos Estados Unidos e Religiões que o mundo esqueceu (publicados pela Editora Contexto). Organizador e co-autor de História na sala de aula (Editora Contexto). Suas áreas de interesse incluem os temas da Catequese, Representação e Conquista Espiritual.

Palestra

Jair Alfredo Pereira:

Presidente da Confederação Brasileira de Clubes - CBCr.

Mesa de Debates

Arialdo Boscolo:

Presidente da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES e membro do Conselho Nacional do Esporte - CNE

Mesa de Debates

14 – COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Contamos com uma assessoria de imprensa, cabendo à mesma a elaboração dos releases e de todo o material de comunicação deste plano, dando conhecimento de nossas ações aos clubes esportivos sociais, às autoridades governamentais e a sociedade em geral.

Registramos que em todas as matérias, assim como em todo o material de comunicação, destacaremos a marca do Ministério do Esporte e do Governo Federal vigente, conforme modelo abaixo:

Ministério do
Esporte



15 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Etapa / Fase	Atividades: Eventos	Períodos	
		Início	Término
01	Comunicação	Jan	Jun
02	Aquisição de produtos, contratação de serviços e outras despesas do evento	Jan	jun

Campinas, 30 de Maio de 2016.



Jair Alfredo Pereira
Presidente

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;
Ref.: CONVITE NLP Nº 003/2016

Apresentamos nossa Proposta de Preços, em 01 (uma) via, para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da CBC, referentes ao exercício social a se encerrar em 31/12/2016, contemplando as atividades e descrições informadas abaixo e no Termo de Referência/Memorial que integram o **EDITAL**, consistidos nos seguintes dados e valores :

Item 1. - Prestação de Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício relativo, sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12 (encerramento do exercício);

Item 2. - Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação ao evento denominado “Congresso Brasileiro de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC, quanto aos recursos públicos despendidos nessa atividade observando as especificações que constam do Projeto Básico aprovado pelo Ministério do Esporte, o qual faz parte do Termo de Referência e Memorial Descritivo anexo ao Edital;

Item 3. - Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

I) O preço total da Proposta para a execução dos serviços é de R\$ [o] ([o] valor por extenso), conforme valores individuais por item, informados no quadro abaixo:

ITEM DOS SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS
Item 1.	R\$
Item 2.	R\$
Item 3.	R\$
TOTAL GERAL DA PROPOSTA	R\$

II) O prazo de execução se iniciará em até 05 (cinco) dias da data da assinatura do contrato, para início da prestação dos serviços;

III) O prazo de validade de nossa proposta é de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data para a entrega do Envelope de Documentos;

IV) Declaramos que no preço global apresentado estão incluídos:

- a) os valores dos materiais, mão-de-obra, equipamentos e afins fornecidos, acrescidos de todos os respectivos encargos sociais;
- b) todos os tributos, encargos trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, bem como demais encargos, se exigidos na forma da lei, tais como horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio-alimentação, transporte, inclusive sob a forma auxílio-transporte, transporte local, etc.;
- c) despesas e obrigações financeira de qualquer natureza;

- d) quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos produtos, necessários à perfeita satisfação do objeto deste Convite, inclusive as despesas operacionais de viagens, estadias e refeições para préstimos de serviços na sede da CBC.
 - e) Para efeito dos tributos, a empresa participante declara que esta ciente e concorda com os termos da Cláusula Sexta, § 5º, da minuta do Contrato, Anexo III, do Edital.
- V) Declaramos conhecer integralmente os termos do presente Convite e seus respectivos Anexos, aos quais nos sujeitamos.
- VI) Dados da Empresa ou do profissional (conforme o caso):

CNPJ/MF nº [o]
Inscrição Municipal [o] Município [o]
Endereço [o] CEP [o]
Telefone [o] FAX [o]
Nº da conta corrente [o] Banco [o] Agência [o]
Praça [o] para fins de pagamento

Local e data,

Nome, cargo e assinatura do representante Legal

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;

Ref.: CONVITE NLP Nº 003/2016

*Termo de Contrato que entre si celebram a
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES - CBC, e a
[•].*

CONVITE NLP Nº 003/2016

Aos [•] dias do mês de [•] do ano de 2016, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC, sediada a Rua Açai, 566, Bairro das Palmeiras, CEP 13092-587, em Campinas/SP, CNPJ 00.172.849/0001-42, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa [•], endereço [•], CNPJ [•], neste ato representado pelo Sr. [•], RG. _____, CPF. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, adjudicatária do objeto do Convite em epígrafe, têm entre si justo e contratado, nos termos do que determina o REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC, e que obedecidas as disposições contidas no Edital e seus anexos, aos quais se vincula o presente instrumento, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A **CONTRATADA** na qualidade de adjudicatária do CONVITE NLP Nº 003/2016, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a **prestação de serviços de:**

- 1.1 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras da CBC, referente ao exercício; sendo um fechamento/parecer em relação aos saldos existentes na data base de 30/06 (fechamento semestral) e outro em relação aos saldos existentes na data base de 31/12 (encerramento do exercício), em conformidade com os critérios e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com a apresentação do relatório e Parecer dos Auditores Independentes para efeito de publicação no Diário Oficial da União ao final do exercício.
- 1.2 Auditoria e emissão de Parecer sobre os procedimentos adotados em relação ao evento denominados “Congresso Brasileiro de Clubes”, e sobre as contas prestadas pela CBC, quanto aos recursos públicos despendidos nessa atividade, observando as seguintes especificações, conforme projeto básico aprovado pelo Ministério do Esporte e que faz parte do Edital, compreendendo:
 - 1.2.1 Acompanhamento da execução e exame mensal de auditoria conduzido em todas as documentações das prestações de contas do evento, observando as legislações vigentes sobre a prestação de contas de verbas públicas e as orientações do Ministério do Esporte, de acordo com a Lei nº 11.345 de 14/09/2006 e Decreto nº 6.187 de 14/08/2007, para os Projetos Básicos aprovados com repasse das verbas da loteria Timemania conforme Anexo I-A, além das disposições referentes a compras e contratações constantes do Regulamento de Compras e Contratações da CBC;

- 1.2.2 Identificar a ocorrência de atos voluntários de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos e registros, e atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos;
 - 1.2.3 Emissão de relatório mensal preliminar do evento contendo comentários sobre o processo, que serão discutidos previamente com os responsáveis da CBCr;
 - 1.2.4 Apresentação do “Parecer da Auditoria”, sobre a prestação de contas do evento;
 - 1.2.5 Apresentar o “Demonstrativo da Movimentação da Verba – Loteria Timemania” durante o ano, para publicação no Diário Oficial da União.
- 1.3 Serviços de Auditoria e emissão de Parecer sobre as atividades do Departamento de Recursos Humanos, realizando avaliação na área trabalhista e verificando os controles internos, critérios e procedimentos utilizados, em consonância ao disposto na Legislação Trabalhista vigente, inclusive cálculo, registro e recolhimento de obrigações sociais.

Tudo em conformidade com as descrições e especificações contidas no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (Anexo I e Anexo I-A do Edital), bem como às demais disposições da respectiva Proposta Comercial que, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste instrumento contratual, vinculando-se totalmente a este.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras fixadas neste contrato, no Edital e respectivo Anexos, as seguintes condições:

- a) manter, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no respectivo procedimento processo de aquisição, comprovando-as quando solicitado pela **CONTRATANTE**;
- b) cumprir rigorosamente o objeto da presente avença de acordo com o Edital e seus Anexos, Proposta Comercial e Termos deste Contrato, na estrita observância da legislação pertinente em vigor;
- c) resguardar o sigilo dos dados e documentos que lhe forem confiados para o desempenho dos serviços ora contratados, ou que vier a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução do objeto, devendo orientar os seus profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação. Não divulgar quaisquer dados, conhecimentos e resultados decorrentes da execução do objeto deste CONTRATO, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) fornecer, as suas expensas, todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários à execução dos serviços.
- e) comunicar a imposição de qualquer penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a processo de aquisição;
- f) pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste CONTRATO, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- g) designar 01 (um) preposto como responsável pelo CONTRATO firmado com a **CONTRATANTE**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- h) não se valer do CONTRATO para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**.

§ Primeiro: É admitida a cessão contratual somente nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societária de fusão, cisão ou incorporação, condicionada a aquiescência prévia da CONTRATANTE, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e a manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais

§ Segundo: Caso ocorra a cessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o cessionário assumirá integralmente a posição do cedente, passando a ser responsável pela execução do presente CONTRATO, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

- i) responsabilizar-se pelos serviços prestados para a execução do objeto deste CONTRATO, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos mesmos, que possam ser atribuídas exclusivamente por dolo ou culpa à CONTRATADA;
- j) responsabilizar-se integralmente por multas e penalidades impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência Social e/ou outros órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais a que der causa em razão deste Contrato e/ou de sua execução;
- k) atender, na execução deste Contrato, o que determinam as Leis Federais, Estaduais e Municipais, relativas a trânsito, seguros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, acidentes do trabalho, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, segurança e saúde ocupacional e as demais legislações aplicáveis (inclusive fornecendo os equipamentos de proteção individual que se fizerem necessários), correndo, por sua conta e responsabilidade exclusivas, todas as obrigações que estejam exclusivamente sob sua responsabilidade, inclusive fiscais ou parafiscais, daí decorrentes, desde que tenham como escopo este instrumento, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.
- l) assumir, a título exclusivo, as condições de empregador, patrão ou empresário, no que diz respeito às pessoas que sejam contratadas para o cumprimento deste Contrato, não havendo vinculação de ordem trabalhista entre os empregados ou prepostos da CONTRATADA com a CONTRATANTE;
- m) excluir de imediato a CONTRATANTE de todo e qualquer processo judicial ou administrativo que seja ajuizado/instaurado por empregado ou quaisquer outros profissionais da CONTRATADA, terceiros ou órgão governamental em razão deste Contrato e/ou de sua execução, isentando a CONTRATANTE de qualquer ônus ou responsabilidade;
- n) a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela integral execução do presente Contrato, perante a CONTRATANTE, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
- o) a CONTRATANTE poderá reter e ou descontar de todo e qualquer crédito da CONTRATADA o montante necessário para o cumprimento das obrigações previstas no item acima, se a CONTRATANTE for envolvida em alguma autuação ou processo concernente a mesma.
- p) a CONTRATADA obriga-se por si, seus empregados, sócios, diretores e mandatários a manter total sigilo e confidencialidade sobre os serviços prestados, no que se refere a não divulgação, integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução dos serviços, a não ser por força de fiscalização estadual ou municipal, e, somente depois da ciência da CONTRATANTE.
- q) a CONTRATADA obriga-se a tratar como matéria sigilosa, todos os pormenores técnicos e comerciais deste CONTRATO, informações comerciais, industriais, empresariais e financeiras, bem como "know-how" e outros dados que venha a ter acesso, obrigando-se, ainda, a deles não se utilizar, nem possibilitar que terceiros deles tomem conhecimento ou se utilizem, sem a prévia e expressa aprovação da CONTRATANTE, sob pena de ressarcir integralmente a CONTRATANTE de todo e qualquer prejuízo decorrente de sua divulgação ou uso indevido.

- r) a CONTRATADA obriga-se a não fazer qualquer menção do nome da CONTRATANTE ou de cliente desta para fins de publicidade, nem divulgar os termos deste contrato ou os fatos a ele relativos, sem a prévia e escrita aprovação pela CONTRATANTE.
- s) A CONTRATADA responsabiliza-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente. Os serviços que serão objeto da contratação deverão ser realizados por profissionais selecionados em procedimento adequado às atividades que serão desempenhadas, compondo quadro de pessoal habilitado e treinado para a prestação dos serviços.
- t) A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do presente CONTRATO.
- u) A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- v) A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras fixadas neste instrumento contratual e no respectivo Edital, as seguintes:

- a. Assegurar à **CONTRATADA** o recebimento dos créditos decorrentes do adimplemento de suas obrigações;
- b. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste CONTRATO.
- c. Encaminhar, mensalmente, a cópia autêntica de todos os documentos referente à execução do Projeto Básico do evento de 2016, para análise e acompanhamento da prestação de contas, conforme Anexo I-A do Edital.
- d. Fiscalizar a observância das disposições deste CONTRATO, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem prejuízo dos procedimentos do controle exercidos pela CONTRATADA;
- e. Comunicar por escrito à CONTRATADA as deficiências verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas.
- f. Devolver à CONTRATADA a(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) contendo incorreções com as razões da devolução, por escrito, para as devidas retificações. A devolução de nota(s) fiscal(ais) fatura(s) não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda ou atrase a execução dos serviços.
- g. Alterar, quando conveniente, o Gestor do CONTRATO, mediante comunicação escrita à CONTRATADA;
- h. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente instrumento contratual
- i. Comunicar à CONTRATADA, por escrito:
 - i.1 - quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao CONTRATO;

i.2 - a abertura de procedimento para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa; e

i.3 - a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

O prazo de execução do objeto do presente processo de aquisição será conforme definido no Anexo I do Edital e que faz parte integrante deste Contrato, tendo até 05 (cinco) dias, contando da data da assinatura do contrato, para o início da prestação dos serviços.

§ 1º - O prazo do contrato estará adstrito ao período compreendido entre a data da assinatura do contrato até o pagamento final, conforme a Cláusula Sexta abaixo.

§ 2º - A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, será acompanhada e fiscalizada por funcionário da Gerência Administrativa e Financeira da **CONTRATANTE**, de acordo com a Cláusula Oitava do presente Contrato – que anotarà em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do ato convocatório, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

§ 3º - A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a data de assinatura deste Contrato, e o término do contrato dar-se-á após o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Qualquer alteração contratual deverá observar o disposto no artigo 46 e 47 do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBC.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO, DO ELEMENTO ECONÔMICO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total do objeto enunciado na Cláusula Primeira deste ajuste é de R\$ [●] ([●] Reais). A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento de forma parcelada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e seus anexos, e o pagamento dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia da protocolização dos documentos de cobrança, e entrega dos Relatórios ou Parecer de Auditoria dos Objetos, acompanhado das certidões Federal, Municipal e do FGTS atualizadas.

§ 1º - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma por culpa da **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 2º - O requerimento de pagamento, bem como os documentos de cobrança da **CONTRATADA**, deverão ser entregues na sede da **CONTRATANTE**.

§ 3º - Nas Notas Fiscais emitidas, deverá conter de forma sucinta a descrição dos "Serviços de auditoria realizados", bem como a menção a cada etapa de trabalho do objeto contratado.

§ 4º - Para efeito do imposto (ISS) incidente sobre a nota fiscal, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I – De acordo com a Instrução Normativa DRM/GP nº 001 do município de Campinas, onde se encontra a sede da Confederação Brasileira de Clubes, a empresa estabelecida fora deste município deverá se cadastrar no CENE, caso esteja inserida na Tabela I do anexo II da referida Instrução Normativa. Caso não seja feito o cadastro o ISS (5% do valor da nota), será descontado do pagamento.

II – Conforme o artigo 2º da Lei Complementar 116: o imposto não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** exhibe, neste ato, a certidão conjunta da Secretaria da Receita federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; a certidão Municipal, mediante a Certidão de Tributos Mobiliários – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Municipais (ISSQN), e a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do certificado expedido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor, que demonstrem sua regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, obrigando-se a atualizá-las sempre que se vencerem no prazo de execução deste Contrato, como condição para liberação do respectivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita exatidão do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da **CONTRATADA**. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da **CONTRATADA** para sanar a falha ou defeito apontado.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a, além das penalidades previstas no art. 50 e seguintes do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBCf, às seguintes penalidades:

9.1 - O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta comercial e contrato caracterizarão o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I - Advertência que será aplicada sempre por escrito;

II - Multa, nos seguintes percentuais:

a) multa no importe de 0,1% (um décimo por cento) do valor devido sobre a prestação dos serviços, por dia de atraso na entrega;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou da parcela, no caso de atraso superior a trinta dias, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.

III - suspensão temporária para participar dos processos seletivos da **CONTRATANTE** e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral da **CONTRATANTE** e demais disposições dos artigos 48 e seguintes do RCC da CBCf.

§ 2º - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

§ 3º - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

9.2 - Das Multas

9.2.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.2.2 - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.2.3 - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério da **CONTRATANTE**, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

9.2.4 - O atraso superior a 10 (dez) dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

9.2.5 - Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

9.2.6 - Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

9.2.7 - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

9.2.8 - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

9.2.9 - No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no sítio eletrônico da CBC e notificado ao interessado.

9.2.10 - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à **CONTRATADA** decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à **CONTRATANTE**, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no sítio eletrônico da **CONTRATANTE** e notificado ao interessado ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

9.3 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

9.4 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual, incluídos eventuais atrasos, decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS

10.1- Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a impostos e taxas, inclusive de administração, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete e entrega, o valor dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, inclusive horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio alimentação, auxílio transporte e transporte local, sendo

que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere à CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 49 do Regulamento de Compras e Contratações da Confederação Brasileira de Clubes – CBCr., transcrito abaixo:

“Art. 49 – O inadimplemento parcial ou total das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive a do Art. 50 – III “

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DESCONTOS

12.1 Os valores de quaisquer indenizações, bem como das multas aplicadas pela **CONTRATANTE**, poderão ser descontadas do pagamento devido à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 A execução deste contrato será disciplinada pelo REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBCr., sendo regulado por princípios de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. A vigência do contrato que vier a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite regulamentar, estabelecido no artigo 43, § único do Regulamento de Compras e Contratações da CBCr.

14.2. O contrato poderá ser prorrogado, mediante elaboração de Termo Aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

14.2.1. os serviços foram prestados regularmente;

14.2.2. a CBCr ainda tenha interesse no fornecimento dos materiais;

14.2.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a CBCr; e

14.2.4. a CONTRATADA concorde com a prorrogação.

14.3. Em caso de renovação da vigência do contrato, nos termos facultados no item acima, os valores dos materiais serão reajustado pela variação do IGP-M (FGV) apurado no período.

14.4. Em caso de prorrogação, somente serão incluídos os serviços indicados nos itens 1.1 e 1.3 deste Edital, já que aqueles descritos no item 1.2 somente serão executados no exercício de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

15.1- As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta de recursos destinados as despesas administrativas, de acordo com a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e regulamentada pelo Decreto 7.984 de 08 de abril de 2013 – Nova Lei Pelé.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas para os devidos fins de direito.

Campinas, [●] de [●] de 2016.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Da Contratante

Da Contratada

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento no Disposto do Inciso XXXIII do Artigo 7º, da Constituição Federal.

À
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;
Ref.: CONVITE Nº 003/2016

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo de aquisição, modalidade Convite NLP nº 003/2016, declaro, sob as penas da lei, que a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

[•],[•] de [•] de 2016

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;
Ref.: CONVITE Nº 003/2016

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo de aquisição, modalidade Convite NLP nº 003/2016, declaro, sob as penas da lei, que inexistente fato impeditivo à habilitação.

[•], [•] de [•] de 2016

Representante legal
(com carimbo da empresa)

ANEXO VI – MODELO DE PROCURAÇÃO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;

Ref.: CONVITE N° NLP 003/2016

A (nome da empresa), CNPJ n.º [●], com sede à [●], neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto à CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES - CBC, praticar os atos necessários para representar a outorgante no processo de aquisição na modalidade de CONVITE NLP N° 003/2016, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, declarações ou acordos, podendo ainda, subestabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

[local], [●] de [●] de 2016

(Assinatura do representante Legal e do procurador com firma reconhecida, carimbo da empresa e preferencialmente formulário da empresa)

(Este documento deverá estar fora do envelope, juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, que comprove os poderes do outorgante da procuração).

ANEXO VII – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES – CBC;

Ref.: CONVITE NLP Nº 003/2016

[Local], [●] de [●] de 2016

A empresa [●], com sede na [●], nº [●], Bairro [●], na Cidade de [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [●], portador da Carteira de Identidade RG nº[●] e do CPF nº [●], **DECLARA**, para fins legais ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, e que deseja fazer uso dos benefícios que lhe são conferidos pelo RCC da CBC.

(nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa participante, no formulário da empresa)

(Este formulário deverá estar fora do envelope)

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONVITE Nº 003/2016

Eu, (nome do representante) _____, como representante da (nome da empresa) _____, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do CONVITE Nº 003/2016, foi elaborada de maneira INDEPENDENTE pela (nome da empresa) _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONVITE Nº 003/2016, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do CONVITE Nº 003/2016 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONVITE Nº 003/2016, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do CONVITE Nº 003/2016 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do CONVITE Nº 003/2016 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do CONVITE Nº 003/2016 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do CONVITE Nº 003/2016 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Confederação Brasileira de Clubes antes da abertura oficial das propostas;

f) que esta plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

Local, data

(nome e assinatura do representante legal da licitante e preferencialmente em formulário da empresa)